

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	19
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	20
2.5 Medições não contábeis	21
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	25
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	28
2.10 Planos de negócios	29
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	34
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	35
5.2 Descrição dos controles internos	42
5.3 Programa de integridade	44
5.4 Alterações significativas	50
5.5 Outras informações relevantes	51

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

#### Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Os Diretores esclarecem que ao longo do item 2 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações históricas relativas ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e do período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e 2023.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas e auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e as suas respectivas notas explicativas, e (ii) com as informações trimestrais relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM, e as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 - "Informações Financeiras Intermediárias").

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as (i) demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021; (ii) as informações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023; (iii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iv) os principais fatores que explicam tais alterações.

#### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 a Movida reportou uma receita líquida total de R\$ 6.457 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$ R\$ 4.905,2 milhões em 2024 de adições em imobilizado, sendo (i) R\$1.131,4 milhões para expansão dos negócios; e (ii) R\$3.773,8 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Movida reportou uma receita líquida total de R\$10.342,0 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$9.084,3 milhões em 2023 de adições em imobilizado, sendo (i) R\$2.737,9 milhões para expansão dos negócios, sendo R\$2.717,9 milhões em frota e R\$20,0 milhões em novos pontos; e (ii) R\$6.346,4 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Movida reportou uma receita líquida total de R\$9.300,1 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$9.515,1 milhões em 2022 de adições em imobilizado, sendo (i) R\$3.941,9 milhões para expansão dos negócios, sendo R\$3.879,4 milhões em frota e R\$62,5 milhões em novos pontos; e (ii) R\$5.560,9 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Movida reportou uma receita líquida total de R\$5.332,6 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$7.354,8 milhões em 2021 de adições em imobilizado, sendo (i) R\$3.504,6 milhões para expansão dos negócios, sendo R\$3.486,5 milhões em frota e R\$18,2 milhões em novos pontos; e (ii) R\$3.850,1 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Os Diretores entendem que a frota da Companhia é composta por ativos de alta liquidez, com baixa idade média. A maior parte dos investimentos em expansão da Companhia foi direcionada para a frota, ressaltando que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação sem investimentos adicionais em expansão.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras da Companhia era de R\$3.685,0 milhões. A dívida bruta era de R\$17.104,4 milhões gerando uma dívida líquida de R\$13.419,4 milhões. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram mais que suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 30 de junho de 2024, o imobilizado da Companhia era de R\$19.168,4 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$2.998,7 milhões. A dívida bruta era de R\$14.987,9 milhões gerando uma dívida líquida de R\$11.989,1 milhões. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram mais que suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2023, o imobilizado da Companhia era de R\$18.637,3 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$6.827,5 milhões. A dívida bruta era de R\$17.622,0 milhões gerando uma dívida líquida de R\$10.794,4 milhões. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram mais que suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2022, o imobilizado da Companhia era de R\$15.842,2 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$7.786,5 milhões. A dívida bruta era de R\$14.373.1 milhões gerando uma dívida líquida de R\$6.586,6 milhões. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram mais que suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado da Companhia era de R\$12.140,0 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido. Um fator relevante para compreender as condições financeiras e patrimoniais da Companhia é a flexibilidade na gestão dos seus investimentos, principalmente em RAC, em que os ativos a serem renovados podem ser definidos de acordo com a categoria, não sendo vinculados a um modelo específico de veículo.

Além disso, no caso do seguimento de Gestão e Terceirização de Frotas ("GTF"), o modelo de negócios da Companhia presume que os investimentos são necessariamente atrelados a contratos assinados de longo e médio prazo, que garantem a geração de caixa futura das operações. No caso de RAC, por sua vez, o investimento está atrelado à demanda do mercado, sendo que a Companhia faz seus planos de expansão de frota buscando atender a expectativa de demanda com manutenção nas taxas de ocupação. No caso de uma possível retração de mercado, a Companhia também está preparada para ajustar sua frota de forma rápida e fácil, devido à alta liquidez usual de seus ativos, utilizando a linha de negócios de Seminovos como suporte. Sendo assim, a Companhia pode definir os investimentos em expansão, da mesma maneira que pode escolher o melhor momento para a compra e venda de seus ativos para renovação, sem que isto seja prejudicial aos custos com manutenção, tendo em vista a baixa idade média de sua frota.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital e suporte adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Apresenta-se abaixo a relação entre o capital próprio (patrimônio líquido) e o capital de terceiros para os períodos indicados.

Estrutura de Capital (R\$ milhões)	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido (a)	2.503,2	2.522,1	2.768,7	3.284,5
Passivo circulante + Passivo não circulante (b)	25.181,1	22.597,3	23.480,2	18.431,4
Total do passivo e do patrimônio líquido (c)	27.684,2	25.119,5	26.248,9	21.715,8
% Capital Próprio (a)/(c)	9,0%	10,0%	10,5%	15,1%
% Capital de Terceiros (b)/(c)	91,0%	90,0%	89,5%	84,9%

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia. Tal estratégia tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$2.503,2 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 5,4x no período.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$2.522,1 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 4,7x no período.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$2.768,7 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 3,9x no período.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$3.284,5 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 2,0x no período.

A tabela a seguir apresenta os principais índices de alavancagem líquida e estrutura de capital da Companhia:

Estrutura de Capital (R\$ milhões)	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Alavancagem Líquida (Dívida líquida/EBITDA)	3,21x	3,314x	2,80x	3,90x
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	5,36x	4,75x	3,90x	2,01x

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma posição de caixa adequada. A dívida da Companhia é composta principalmente por financiamentos para aquisição de veículos e linhas de capital de giro, as quais serão quitadas com a geração operacional de caixa e com os recursos oriundos das vendas de ativos.

A Companhia apresentou posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras de R\$3,7 bilhões em 30 de junho de 2024, R\$3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2023, R\$6,8 bilhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$7,8 bilhões em 31 de dezembro de 2021. A dívida bruta de curto prazo da Companhia era de R\$1.376,7 milhões em 30 de junho de 2024, R\$1.271,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, R\$2.494,5 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$925,9 milhões em 31 de dezembro de 2021.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida em 30 de junho de 2024:

Consolidado					
Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	3.641.977	3.641.977	3.641.977	-	-
Risco sacado a pagar - Confirming	24.946	24.946	24.946	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.804.954	11.998.150	1.781.678	2.028.747	8.187.725
Debêntures	9.572.392	11.863.743	1.755.213	3.699.948	6.408.582
Instrumentos financeiros derivativos	359.593	359.593	187.616	171.977	-
Arrendamento por direitos de uso	497.884	497.884	171.944	171.367	154.573
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	52.432	52.432	52.432	-	-
Aquisição de empresas a pagar	31.387	31.387	12.991	18.396	-
Cessão de direitos creditórios	1.752.503	1.752.503	1.432.311	320.192	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	375.158	375.157	370.778	4.379	-
Total	24.113.225	30.597.772	9.431.886	6.415.006	14.750.880

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, que são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo.

Para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Companhia privilegia a compra a prazo junto às montadoras e à vista com recursos próprios, financiados por debêntures e linhas de capital de giro sem qualquer garantia, de forma a usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota. A Companhia utiliza também, porém em menor escala, o *leasing* financeiro.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 a Companhia captou R\$3.375,3 milhões de debêntures e financiamentos. Em 2023 a Companhia captou R\$2.517,6 bilhões de debêntures e financiamentos. Em 2022 a Companhia captou R\$5.896,6 milhões de debêntures e financiamentos. Em 2021 a Companhia captou R\$8.505,1 milhões de debêntures e financiamentos. Os Diretores da Companhia acreditam que eram suficientes para que a Companhia fizesse frente às suas necessidades de liquidez, investimentos e pagamentos de dívida de curto prazo junto ao mercado de capitais e instituições financeiras com prazos mais longos e custos mais atraentes.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro *vis-à-vis* a necessidade de recursos para a implementação da estratégia de crescimento da Companhia. O prazo médio de endividamento em 30 de junho de 2024 era de 3,7 anos, 3,6 anos em 31 de dezembro de 2023, 6,3 anos em 31 de dezembro de 2022 e 5,8 anos em 31 de dezembro de 2021.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além disso, serão utilizados recursos provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário. Os financiamentos da aquisição de ativos não circulantes, em especial para a prestação de serviços, continuarão sendo feitos através de linhas específicas de acordo com as características do bem adquirido, sendo que, para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Diretoria da Companhia continuará utilizando recursos próprios com linhas de capital de giro sem garantias, a fim de usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota, e em menor escala utiliza o *leasing* financeiro.

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

#### (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 28 de maio de 2019, foi aprovada a emissão da 4ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações S.A. A Emissão foi realizada em 3 (três) séries, no valor de R\$700,0 milhões, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data da emissão. As Debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, *over extra-grupo* ("Taxa DI"), acrescido exponencialmente de um determinado percentual, a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2022. As Debêntures da segunda série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. As Debêntures da terceira série, por fim, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2027. A primeira amortização de todas as séries ocorrerá em 27 de julho de 2025, correspondente a 33,33%; (ii) a segunda parcela paga ao final do 85º (octogésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, portanto, em 27 de julho de 2026, correspondente a 33,33%; e (iii) a terceira parcela paga na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, em 27 de julho de 2027, correspondente a 33,3334%. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 298,2 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Movida Locação de Veículos S.A realizou contratações referente ao Crédito Internacional 4131 que se refere a operação de empréstimo junto a instituições financeiras no exterior, com pagamentos de juros semestrais e amortizações de principal anuais. Essa operação possui cláusulas de compromissos incluindo a manutenção de certos índices financeiros, que caso não sejam cumpridos, pode culminar o vencimento antecipado da dívida. Destaca-se que a operação está 100% protegida através de contratação de swap. São elas: (i) Em 18 de março de 2020, foi 1ª emissão do crédito internacional 4131, no montante de EUR 221.949,00 com estrutura de taxa CDI 1,7% e vencimento em março de 2025. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 83,7 milhões; (ii) Em 31 de março de 2021, foi 2ª emissão do crédito internacional 4131, no montante de EUR 2.449.275,00 com estrutura de taxa CDI 5,83% e vencimento em fevereiro de 2026, em 17 de agosto de 2021 houve um acréscimo dessa contratação no montante de EUR 350,00 com estrutura de taxa CDI 2,6% e vencimento em julho de 2027. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$396,6 milhões; (iii) Em 09 de fevereiro de 2022, foi 4ª emissão do crédito internacional 4131, no montante de EUR 266.500,00 com estrutura de taxa 1,28% + SOFR e vencimento em março de 2027. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 285,2 milhões.

No dia 13 de maio de 2020 a Drive on Holidays realizou contratação referente as Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no montante de EUR 7.716.000,00 com vencimento em novembro de 2027. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 48,4 milhões.

No dia 15 de junho de 2020 a Movida Participações S.A. realizou contratação referente as Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) com estrutura de taxa IPCA+4,50% e vencimento em junho de 2025. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 7,1 milhões.

Em 11 de abril de 2023 a Movida Finance S.A. realizou contratação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no montante de EUR 82.812,00 com estrutura de taxa 2,90+EURIBOR e vencimento em abril de 2026. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de EUR 90,688 milhões.

Em 22 de agosto de 2023 a Movida Finance S.A. realizou mais uma contratação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no montante de EUR 26.327,53 com estrutura de taxa 2,86+EURIBOR e vencimento em agosto de 2026. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 120,2 milhões. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo mensais, trimestrais ou semestrais ou "Bullet" e algumas das CCBs possuem cláusulas de compromissos incluindo a manutenção de certos índices financeiros. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de EUR 29,989 milhões.

Em 15 de abril de 2021, foi aprovada a emissão da 6ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Locação de Veículos S.A., com emissão em 15 de abril de 2021. A Emissão foi realizada em duas séries, com valor total de R\$700,0 milhões. As Debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes ao IPCA, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 7,1702% (sete inteiros e mil setecentos e dois centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2028. As Debêntures da segunda série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes ao IPCA, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 7,2413% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2025. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$938,2 milhões.

Em 15 de setembro de 2021 foi emitida a 7ª emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantia quirografária da Movida Participações S.A, em três séries, no valor de R\$1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais). As Debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2026. As Debêntures da segunda série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2029. As Debêntures da terceira série, por fim, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes ao IPCA, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 7,6366% (sete inteiros e seis mil trezentos e sessenta e seis centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2031. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$1.714,6 bilhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 30 de novembro de 2021 foi emitida a 7ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Locação de Veículos S.A. A Emissão foi realizada em série única, com valor total de R\$400,0 milhões, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 2,60% a.a., com vencimento em 2026. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$401,2 milhões.

No dia 04 de fevereiro de 2022 a Movida Locação de Veículos S.A realizou a contratação das Notas Comerciais, no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões) com vencimento em fevereiro de 2027. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 209,2 milhões;

Na data de 10 de março de 2022, a Movida Locação de Veículos S.A. aprovou a emissão da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$951,3 milhões.

No dia 28 de março de 2022, a Movida informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu a aprovação de USD 160 milhões em linhas de crédito do BID Invest, banco multilateral de desenvolvimento comprometido em promover o desenvolvimento econômico de seus países membros na América Latina e caribe através do setor privado. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$756,0 milhões.

Em 06 de abril de 2022, a Movida Participações S.A. informou ao mercado a oferta pública da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até duas séries, de até 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o montante inicial de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$1.053,4 bilhões.

Aos 22 dias do mês de agosto de 2022, a Movida Locação de Veículos S.A. aprovou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 777,8 milhões.

No dia 19 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Movida Participações aprovou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$1.032,1 bilhões.

No dia 26 de fevereiro de 2023 a Movida Locação de Veículos S.A. realizou a contratação das Notas de Crédito à Exportação (NCE), no montante de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões) com estrutura de taxa CDI+2,10% e vencimento em julho de 2026. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 78,5 milhões;

No dia 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão da 159ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) com o valor inicial de R\$ 625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais) em três séries. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 576,2 milhões.

No dia 26 de setembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão da 193ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) com o valor inicial de R\$ 875.000.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões de reais) em quatro séries. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$ 695,2 milhões.

No dia 30 de outubro de 2023, a Movida Participações S.A. informou ao mercado a oferta pública da 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, de até 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o montante inicial de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$1.017,2 bilhões.

A Movida realizou as seguintes recompras da emissão de Senior notes "Bonds" que tem valor total emitido de US\$ 800 milhões: (i) no dia 22 de junho a Companhia informou a recompra de US\$ 213,7 milhões dos *sustainability linked notes*; e (ii) no dia 15 de agosto informou a recompra de US\$ 172,0 milhões dos *sustainability linked notes*. Tais rec

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ompras tem como objetivo de fazer uma melhor gestão de passivos financeiros da Companhia. Em 30 de junho de 2024, o saldo existente era de R\$4.184,8 bilhões.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e em 30 de junho de 2024 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e em 30 de junho de 2024 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

### (iv) Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

No âmbito de todas as Emissões de Debêntures Simples da Companhia e das dívidas de Nota Promissória, Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e Crédito Internacional (4131) exceto a do Santander, a Companhia, deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida para fins de *covenant* pelo EBITDA para fins de *covenant* igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA para fins de *covenant* igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida para fins de *covenant* correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. As definições referentes aos conceitos considerados estão abaixo.

(a) Dívida Financeira Líquida para fins de *covenant* significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures, risco sacado e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez até 360 dias; e

(b) EBITDA para fins de *covenant* corresponde ao lucro líquido ou prejuízo da Companhia, em bases consolidados, relativo aos 12 últimos meses. Antes: (i) do resultado financeiro; (ii) do imposto de renda e da contribuição social; e (iii) das despesas de depreciação e amortização. Para todas as emissões do grupo, o EBITDA para fins de *covenant* é ajustado ainda pela *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais.

A Companhia tem obrigação de dar em garantia, aos debenturistas, alienação fiduciária de veículos *pari passu*, caso exceda mais de 50% de seu ativo imobilizado líquido e bens disponibilizado para venda alienado.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos abaixo, as debêntures Monitoramento Covenants, as dívidas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e demais contratos financeiros possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como inadimplência, alteração de controle societário, restrição à distribuição de dividendos e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Todos os compromissos de manutenção de índices financeiros estavam sendo cumpridos em 30 de junho de 2024.

Além disso, os instrumentos que regem 100% do endividamento da Companhia contém cláusulas de *cross-default* e *cross-aceleration*, entre emissões da Companhia e suas subsidiárias.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Dessa forma, apresenta-se a seguir os principais fatores que afetaram os principais componentes do resultado (i) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 comparado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023; (ii) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				
	2024	AV	2023	AV	AH
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	6.457.249	100%	5.182.351	100%	24,6%
(-) Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(4.555.157)	-70,5%	(3.467.329)	-66,9%	31,4%
(=) Lucro bruto	1.902.092	29,5%	1.715.022	33,1%	10,9%
Despesas comerciais	(296.336)	-4,6%	(268.418)	-5,2%	10,4%
Despesas administrativas	(268.074)	-4,2%	(301.951)	-5,8%	-11,2%
Reversão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(28.235)	-0,4%	(52.830)	-1,0%	-46,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(70.506)	-1,1%	(105.478)	-2,0%	-33,2%
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	1.238.941	19,2%	986.345	19,0%	25,6%
Receitas financeiras	180.280	2,8%	166.581	3,2%	8,2%
Despesas financeiras	(1.289.762)	-20,0%	(1.166.837)	-22,5%	10,5%
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	129.459	2,0%	(13.911)	-0,3%	-1.030,6%
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(13.470)	-0,2%	(8.308)	-0,2%	62,1%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(24.893)	-0,4%	25.397	0,5%	-198,0%
Lucro líquido do período	91.096	1,4%	3.178	0,1%	2.766,5%

Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$6.457.249 mil comparativamente a R\$5.182.351 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$1.274.898 mil ou 24,6%. Este aumento é atribuído substancialmente à adição líquida de frota e da expansão dos tickets médios dos contratos de Gestão e Terceirização de Frotas. A receita líquida residual está relacionada à venda de ativos no Seminovos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dentre os principais fatores que explicam o aumento da receita líquida estão:

### (i) Serviços (Aluguel de Carros)

**RAC:** Crescimento de 12,6%, atingindo R\$1,5 bilhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024. Esse crescimento refletiu a escala da Companhia, a transformação da taxa de ocupação e a otimização da precificação entre segmentos.

**GTF:** Crescimento de 40,1% totalizando R\$1,5 bilhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024. O principal fator que contribuiu para esse aumento foi o crescimento de 16,4% da frota média operacional.

### (ii) Outros (Seminovos)

Seminovos: A receita líquida atingiu o montante de R\$3,4 bilhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, um crescimento de 23,8% na comparação com o mesmo período de 2023, decorrente do volume de carros vendidos que teve um crescimento de 33,0% demonstrando a capacidade da estrutura instalada do segmento, também houve um aumento de 34,5% no patamar de vendas por loja.

### **Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços**

O Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$(4.555.157) mil comparativamente a R\$(3.467.329) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$1.087.828 mil ou 31,4%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento dos custos da venda de ativos no período com maior custo de depreciação devido a depreciação extraordinária e mix frota, além de maiores manutenção e transportes de veículos.

### **Lucro bruto**

O Lucro bruto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$1.902.092 mil comparativamente a R\$1.715.022 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$187.070 mil ou 10,9%. Este aumento é atribuído substancialmente da adição líquida de frota e da expansão dos tickets médios dos contratos de RAC e GTF, e crescimento no ticket de venda de seminovos.

### **Despesas comerciais**

As Despesas comerciais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foram de R\$(296.336) mil comparativamente a R\$(268.418) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$27.918 mil ou 10,4%. Este aumento é atribuído substancialmente ao impactado principalmente com transporte de veículos entre lojas, lavagens de veículos, documentos e custos comcartório.

### **Despesas administrativas**

As Despesas administrativas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foram de R\$(268.074) mil comparativamente a R\$(301.951) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$33.877 mil ou - 11,2%. Esta redução é atribuída substancialmente pelas ações de redução de custos operacionais e administrativo.

### **Reversão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber**

A Reversão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$(28.235) mil comparativamente a R\$(52.830) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$24.595 mil ou -46,6%. Esta redução é atribuída substancialmente aos títulos baixados como perdas efetivas, que se encontravam vencidos há mais de 2 anos e estavam 100% provisionados. Apesar disso, terão suas cobranças administrativas e judiciais mantidas.

### **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

As Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foram de R\$(70.506) mil comparativamente a R\$(105.478) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$34.972 mil ou -33,2%. Esta redução é atribuída substancialmente às ações de reduções de custos operacional e administrativo.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras***

O Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$1.238.941 mil comparativamente a R\$986.345 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$252.596 mil ou 25,6%. Este aumento é atribuído substancialmente pelas variações acima detalhadas.

### ***Receitas financeiras***

As Receitas financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foram de R\$180.280 mil comparativamente a R\$166.581 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$13.699 mil ou 8,2%. Este aumento é atribuído substancialmente a aplicação do valor captado com a emissão de títulos de dívida no mercado internacional.

### ***Despesas Financeiras***

As Despesas Financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foram de R\$(1.289.762) mil comparativamente a R\$(1.166.837) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$122.925 mil ou 10,5%. Este aumento é atribuído substancialmente a maiores despesas com antecipação de dívida, novas captações e baixa de OCI - *Other Comprehensive Income*/ ORA - *Outros Resultados Abrangentes*.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$129.459 mil comparativamente a R\$(13.911) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$143.370 mil ou -1.030,6%. Este aumento é atribuído substancialmente pelas variações acima detalhadas.

### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O Imposto de renda e contribuição social – correntes no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$(13.470) mil comparativamente a R\$(8.308) mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$5.162 mil ou 62,1%. Este aumento é atribuído substancialmente a do maior resultado líquido do período.

### ***Imposto de renda e contribuição social – diferido***

O Imposto de renda e contribuição social – diferido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$(24.893) mil comparativamente a R\$25.397 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$50.290mil ou -198,0%. Esta redução é atribuída ao prejuízo fiscal gerado pela diferença de depreciação fiscal e econômica do período.

### ***Lucro líquido do período***

O Lucro líquido do período no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$91.096 mil comparativamente a R\$3.178 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$87.918 mil ou 2.766,5%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- I. Adição líquida de frota e da expansão dos tickets médios dos contratos de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) e Rent-ACar (RAC);
- II. A recomposição do preço da diária do RAC;
- III. Maximização da produtividade em Seminovos;
- IV. Aumento da previsibilidade e estabilidade dos resultados com o aumento da representatividade do segmento de GTF;
- V. Melhora significativa na utilização de capital investido e das ações de redução de custos e despesas que foram conduzidas ao longo do último ano.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
<b>Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços</b>	<b>10.342.015</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.300.119</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,2%</b>
(-) Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	-7.573.494	-73,2%	-5.694.571	-61,2%	33,0%
(=) Lucro bruto	2.768.521	26,8%	3.605.548	38,8%	-23,2%
Despesas comerciais	-555.464	-5,4%	-486.776	-5,2%	14,1%
Despesas administrativas	-657.835	-6,4%	-471.686	-5,1%	39,5%
Reversão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	-88.325	-0,9%	-65.335	-0,7%	35,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-205.330	-2,0%	-165.003	-1,8%	24,4%
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>1.261.567</b>	<b>12,2%</b>	<b>2.416.748</b>	<b>26,0%</b>	<b>-47,8%</b>
Receitas financeiras	273.074	2,6%	509.089	5,5%	-46,4%
Despesas Financeiras	-2.371.450	-22,9%	-2.210.428	-23,8%	7,3%
<b>(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-836.809</b>	<b>-8,1%</b>	<b>715.409</b>	<b>7,7%</b>	<b>-217,0%</b>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-16.935	-0,2%	-10.008	-0,1%	69,2%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	202.893	2,0	-148.995	-1,6%	-236,2%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>-650.851</b>	<b>-6,3%</b>	<b>556.406</b>	<b>6,0%</b>	<b>-217,0%</b>

#### **Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")**

A receita líquida totalizou R\$10,3 bilhões em 2023, um aumento de 11,2% ou R\$1,0 bilhão em comparação com o ano de 2022, em função principalmente do aumento das receitas de locação (RAC e GTF), responsáveis por 49,4% da receita líquida total. A receita líquida residual está relacionada à venda de ativos no Seminovos.

Dentre os principais fatores que explicam o aumento da receita líquida estão:

#### **(i) Serviços (Aluguel de Carros)**

**RAC:** Crescimento de 10,1% ou R\$257,3 milhões, atingindo R\$2,8 bilhões em 2023. Esse crescimento refletiu o crescimento da frota, combinada ao aumento do volume de diárias de 4,0% em comparação com 2022, e ao aumento da tarifa média e repasse de preços de 1,8% no mesmo período e aumento de 2,4 p.p. na taxa de ocupação operacional que atingiu 79,7% em 2023.

**GTF:** Crescimento de 32,7% ou R\$570,2 milhões em relação a 2022, totalizando R\$2,3 bilhões em 2023. Os principais fatores que contribuíram para o crescimento foram a expansão da frota e a transformação de preços dos novos contratos.

#### **(ii) Outros (Seminovos)**

Seminovos: A receita líquida atingiu o montante de R\$5,2 bilhões em 2023, um crescimento de 4,3% ou R\$214,3 milhões na comparação com o ano de 2022. O preço médio do carro vendido ficou estável frente a 2022 e o volume de vendas do ano superou a marca de 76 mil carros vendidos, um aumento de 5,2% no mesmo período.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Custo Total**

Os custos consolidados somaram R\$7,5 bilhões em 2023, um aumento 33,0% ou R\$1,9 bilhões em relação a 2022. Em relação à receita líquida total, os custos passaram de 61,2% em 2022 para 73,2% em 2023. Abaixo, os principais impactos das linhas de custos:

Os custos consolidados somaram R\$5,7 bilhões em 2022, um aumento 93,3% ou R\$2,7 bilhões em relação a 2021. Em relação à receita líquida total, os custos passaram de 55,2% em 2021 para 61,2% em 2022. Abaixo, os principais impactos das linhas de custos:

- i) Custos ex-depreciação: totalizaram R\$5,5 bilhões em 2023, um aumento de 13,4% ou R\$655,14 milhões em comparação com 2022, o aumento é reflexo, principalmente, do aumento da idade média da frota e, consequentemente, aumento com os gastos com manutenção; e
- ii) Depreciação, impairment e mais valia ajustados: em 2023 a depreciação foi de R\$1,7 bilhão, 50,4% ou R\$572,5 milhões maior em relação a 2022, em função, principalmente, da trajetória de normalização do comportamento de preços de carros usados frente aos novos e adequação ao mix de vendas da Companhia.

### **Lucro bruto**

Em 2023 o Lucro Bruto totalizou R\$2,8 bilhões, uma redução de R\$837 milhões na comparação com 2022, em função do impacto da depreciação, impairment e mais valia.

### **Despesas ajustadas**

Em 2023 as despesas totalizaram R\$1,4 bilhão, um crescimento de 19,7% ou R\$221,9 milhões na comparação com o ano anterior, impactadas principalmente pelo crescimento da escala da Companhia, pressionando despesas como preparação de veículos, gastos com pessoal, ações de marketing, entre outros

### **Resultado Financeiro**

Em 2023 o resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R\$2,1 bilhão, representando um aumento de R\$350,2 milhões ou 20,6% em relação a 2022. A variação foi decorrente principalmente: i) do aumento do CDI médio no período que saiu de 12,45% a.a. em 2022 para 13,21% a.a. em 2023; e ii) do aumento da dívida líquida que passou de R\$10,8 bilhões em 2022 para R\$12,0 bilhões em 2023. Houve um efeito positivo líquido de R\$ 110,0 milhões do reconhecimento da recompra parcial de bonds em dólares americanos, com vencimento em 2031, sendo: i) Aumento da taxa SELIC, que foi de um CDI médio de 12,45% a.a. em 2022 para um CDI médio de 13,21% a.a. em 2023; ii) Aumento da dívida líquida de R\$ 10,8 bilhões em dezembro de 2022 para R\$11,9 bilhões em dezembro de 2023; e iii) Efeitos das recompras e cancelamentos de operações de swap ligado aos bonds.

### **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

A despesa do imposto de renda e contribuição social foi de R\$186,0 milhões em 2023, comparado com - R\$159 milhões em 2022, uma redução de R\$345 milhões em função do menor resultado líquido do período.

### **Lucro líquido**

O lucro líquido, em 2023, totalizou o prejuízo de -R\$650,9 milhões, uma contração de R\$1.207,3 milhões ou -217,0% em relação a 2022. A redução decorre, principalmente, do aumento da despesa de depreciação e financeira líquida da companhia ao longo do ano de 2023, além dos não recorrentes realizados no período conforme abaixo:

- Ajuste no valor residual da frota do RAC com base na safra de compra com maior ticket médio e piores condições de compra (não caixa);
- Incorporação das empresas adquiridas nos últimos anos levou ao reconhecimento de “mais valia” e IR diferido (não caixa);

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Eventos não recorrentes relacionados a fechamento de lojas redução do quadro de pessoal, projetos estratégicos e liquidação antecipada de dívidas (efeito caixa)

### EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
<b>Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços</b>	<b>9.300.119</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.332.623</b>	<b>100,0%</b>	<b>74,4%</b>
(-) Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	-5.694.571	-61,2%	-2.946.075	-55,2%	93,3%
(=) Lucro bruto	3.605.548	38,8%	2.386.548	44,8%	51,1%
Despesas comerciais	-486.776	-5,2%	-297.143	-5,6%	63,8%
Despesas administrativas	-471.686	-5,1%	-292.954	-5,5%	61,0%
Reversão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	-65.335	-0,7%	-30.499	-0,6%	114,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-165.003	-1,8%	-99.216	-1,9%	66,3%
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>2.416.748</b>	<b>26,0%</b>	<b>1.666.736</b>	<b>31,3%</b>	<b>45,0%</b>
Receitas financeiras	509.089	5,5%	473.753	8,9%	7,5%
Despesas Financeiras	-2.210.428	-23,8%	-958.719	-18,0%	130,6%
<b>(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>715.409</b>	<b>7,7%</b>	<b>1.181.770</b>	<b>22,2%</b>	<b>-39,5%</b>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-10.008	-0,1%	-40.838	-0,8%	-75,5%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	-148.995	-1,6%	-321.493	-6,0%	-53,7%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>556.406</b>	<b>6,0%</b>	<b>819.439</b>	<b>15,4%</b>	<b>-32,1%</b>

#### **Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços (“Receita Líquida”)**

A receita líquida totalizou R\$9,3 bilhões em 2022, um aumento de 74,4% ou R\$4,0 bilhão em comparação com o ano de 2021, em função principalmente do aumento das receitas de locação (RAC e GTF), responsáveis por 52,3% da receita líquida total. A receita líquida residual está relacionada à venda de ativos no Seminovos.

Dentre os principais fatores que explicam o aumento da receita líquida estão:

#### **(i) Serviços (Aluguel de Carros)**

**RAC:** Crescimento de 61,0% ou R\$1,0 milhão, atingindo R\$2,8 bilhões em 2022. Esse crescimento refletiu o crescimento da frota, combinada ao aumento do volume de diárias de 13,9% em comparação com 2021, e ao aumento da tarifa média e repasse de preços.

**GTF:** Crescimento de 79,2% ou R\$808,8 milhões em relação a 2021, totalizando R\$1,8 bilhão em 2022. Os principais fatores que contribuíram para o crescimento foram a expansão da frota e a transformação de preços dos novos contratos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (ii) Outros (Seminovos)

Seminovos: A receita líquida atingiu o montante de R\$5,0 bilhões em 2022, um crescimento de 92,8% ou R\$2,4 bilhões na comparação com o ano de 2021. O preço médio do carro vendido aumentou 22,1% em relação a 2021 e alcançando, no acumulado do ano, mais de 72 mil carros vendidos.

### **Custo Total**

Os custos consolidados somaram R\$5,7 bilhões em 2022, um aumento 93,3% ou R\$2,7 bilhões em relação a 2021. Em relação à receita líquida total, os custos passaram de 55,2% em 2021 para 61,2% em 2022. Abaixo, os principais impactos das linhas de custos:

i) Custos ex-depreciação: totalizaram R\$4,9 bilhões em 2022, um aumento de 92,1% ou R\$2,3 bilhões em comparação com 2021, o aumento é reflexo, principalmente, da expansão da frota e, consequentemente, novas lojas, contratações e gastos com manutenção;

ii) Depreciação: em 2022 a depreciação foi de R\$1,1 bilhão, 172,7% ou R\$718,9 milhões maior em relação a 2021, em função, principalmente, da trajetória de normalização das margens de seminovos.

### **Lucro bruto**

Em 2022 o Lucro Bruto totalizou R\$3,6 bilhões, um crescimento de R\$1,2 bilhão na comparação com 2021, em função do crescimento da frota e das tarifas médias nos segmentos de RAC e GTF, e crescimento no ticket de venda de seminovos.

### **Despesas Gerais e Administrativas**

Em 2022 as despesas totalizaram R\$1,1 bilhão, um crescimento de 65,2% ou R\$469,0 milhões na comparação com o ano anterior, impactadas principalmente pelo crescimento da escala da Companhia e inflação do período, pressionando despesas como preparação de veículos, gastos com pessoal, ações de marketing, entre outros. Adicionalmente, no último trimestre ocorreu o início do provisionamento para perdas de crédito de PIS/COFINS em excesso aos débitos.

### **Resultado Financeiro**

Em 2022 o resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R\$1,7 bilhão, representando um aumento de R\$1,2 bilhão ou 250,8% em relação a 2021. A variação foi decorrente principalmente: i) dos aumentos sucessivos da taxa Selic, que saiu de 9,25% no começo de 2022 para 13,75% no final do ano; e ii) do aumento da dívida líquida que passou de R\$6,5 bilhões em 2021 para R\$10,7 bilhões em 2022. Houve um efeito positivo de R\$ 35,1 milhões do reconhecimento da recompra parcial de bonds em dólares americanos, com vencimento em 2031.

### **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

A despesa do imposto de renda e contribuição social foi de R\$159,0 milhões em 2022, comparado com de R\$362,3 milhões em 2021, uma redução de R\$203,3 milhões em função do menor resultado líquido do período.

### **Lucro líquido do período**

O lucro líquido, em 2022, totalizou o montante de R\$556,4 milhões, uma contração de R\$ 263,0 milhões ou 32,1% em relação a 2021. A redução decorre, principalmente, do aumento da despesa financeira líquida da companhia ao longo do ano de 2022.

## **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares)	30/06/2024	30/06/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
-------------------	------------	------------	------------	------------	------------

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.709.520)	4.728.505	3.227.152	(4.171.865)	(8.269.520)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(98.395)	(184.939)	(272.038)	(506.743)	(105.298)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	2.349.362	(4.607.956)	(3.373.485)	5.084.343	8.452.201
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	541.447	(64.390)	(418.371)	405.735	77.383

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$(1.709.520) mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, comparado a R\$4.728.505 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Essa redução de R\$6.438.025 mil, ou 136,2%, é justificada por operações com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos e investimento em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$(98.395) mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, comparado a R\$(184.939) mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Essa redução de R\$86.544 mil, ou 46,8%, é justificada pela adição ao ativo imobilizado para investimento e intangível.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$2.349.362 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, comparado a R\$(4.607.956) mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Esse aumento de R\$6.957.318 mil, ou 151,0%, é justificado pela captação e amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures, risco sacado, arrendamentos por direito de uso e cessão de direitos creditórios,

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

O aumento de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$541.447 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, comparado a uma redução de R\$(64.390) mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Esse aumento de R\$605.837 mil, ou 942,0%, é justificado pelas variações acima detalhadas.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$3.227.152 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$-4.171.865 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$7.399.017 mil, ou 177,4%, é justificado por investimento em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, fornecedores e depreciação, amortização e *impairment* de ativos.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$272.038 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$506.743 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$234.705 mil, ou 46,3%, é justificada pela aquisição de controlada liquidação do caixa da adquirida.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$3.373.485 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$5.084.343 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$8.457.828 mil, ou 166,3%, é justificada por captação e amortização de empréstimos e financiamentos, debêntures,



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

risco sacado, direito de uso e cessão de crédito e pela recompra de bonds.

### ***Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa***

A redução de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$418.371 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a um aumento de R\$405.735 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$824.106 mil, ou 203,1%, é justificada pelas variações acima detalhadas.

### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

#### ***Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$-4.171.865 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$-8.269.520 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$-4.097.655 mil, ou 98,22%, é justificada por investimento em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras.

#### ***Caixa líquido consumido nas atividades de investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$-506.743 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$-105.298 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento R\$ 401.445 mil, ou 79,22%, é justificada pela aquisição de investimentos por compra de empresa e adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível.

#### ***Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento***

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$5.084.343 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 8.452.201 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$3.367.858 mil, ou 66,24%, é justificada por captação e amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures, risco sacado, direito de uso.

### ***Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa***

A redução de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$405.735 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um aumento de R\$77.383 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$ - 328.352 mil, ou 80,93%, é justificada pelas variações acima detalhadas.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 – Resultados operacional e financeiro

#### (a) Resultados das operações da Companhia, incluindo

##### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais fontes de receita da Companhia são decorrentes do resultado de suas atividades operacionais, que consistem na (i) locação de veículos (Rent-a-Car - RAC e Gestão e Terceirização de Frotas - GTF); (ii) desmobilização de ativos utilizados para locação de veículos.

A receita de RAC é derivada do volume de diárias e do preço médio por diária, a qual varia de acordo com o prazo de locação, classe de veículos e serviços adicionais. A receita de GTF é oriunda de um valor de locação mensal, baseado no valor do carro e no prazo do contrato. A receita de venda de ativos é reflexo do volume de carros vendidos e preço médio.

#### Receita Líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

##### (ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que afetaram os resultados operacionais são:

(i) A receita líquida no período de seis meses findo 30 de junho de 2024 foi de R\$6.457,2 milhões comparativamente a R\$5.182,3 milhões no mesmo período de 2023, o que representou uma variação positiva de R\$1.274,9 milhões ou 24,6%. O crescimento foi impulsionado em decorrência principalmente da adição líquida de frota e da expansão dos tickets médios dos contratos de Gestão e Terceirização de Frotas. A receita líquida residual está relacionada à venda de ativos no Seminovos.

(ii) A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 10.342,0 milhões comparativamente a R\$ 9.300,1 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.041,9 milhões ou 11,2%. O crescimento foi impulsionado em decorrência principalmente da adição líquida de frota e da expansão dos tickets médios dos contratos de Gestão e Terceirização de Frotas.

(iii) A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 9.300,1 milhões comparativamente a R\$ 5.332,6 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação positiva de R\$ 3.967,5 milhão ou 74,4% em função principalmente do aumento das receitas de locação (RAC e GTF).

##### (b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foram constatadas variações nas receitas diretamente decorrentes das modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em moeda local (Real).

##### (c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia

#### Taxa de juros

Em decorrência dos financiamentos obtidos nos últimos exercícios sociais, um dos principais indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a ser pago da dívida da Companhia. Os Diretores da Companhia esclarecem que a queda do CDI no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 impactou positivamente a Companhia devido a redução do custo de dívida.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia possui contratos de swap de taxas de juros indexadas ao IPCA mais spread pré-fixado, para percentual do CDI. Esses instrumentos foram contratados para proteger os resultados da Companhia das volatilidades causadas pelas variações do IPCA, que nas datas de suas contratações, eram avaliadas pela Administração, com apoio do comitê financeiro, como maior risco. Todas as contratações foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

### **Inflação**

Os Diretores da Companhia esclarecem que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2021, 2022 e 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação, tão pouco da variação relevante de preços dos insumos (combustível, peças e manutenção, dentre outros) ou do câmbio.

### **Taxa de câmbio**

A Movida está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e sua moeda funcional. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais, principalmente em Reais. Mas, também há contratos em dólares norte-americanos ("dólares") e ("Euro"), que foram protegidos contra a variação de taxa de câmbio por instrumentos de swap, que troca a indexação cambial e taxa pré-fixada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, limitando a exposição a eventuais perdas por variações cambiais.

Para mais informações sobre a análise de sensibilidade dos riscos de mercado vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

#### (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não foram registradas mudanças nas práticas contábeis da Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência nos três últimos exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

#### (b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, de 2022 e de 2021 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 não contêm ressalvas e ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 – Efeitos relevantes nas DFs

#### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 introdução ou alienação de segmento operacional.

#### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência, se aplicável.

#### (c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

(a) Valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 as seguintes medições não contábeis:

(R\$ milhares, exceto percentuais)	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA <sup>(1)</sup>	2.208.804	3.499.246	3.551.953	2.082.987
Margem EBITDA <sup>(1)</sup>	34,21%	33,84%	38,19%	39,06%
Dívida Bruta <sup>(2)</sup>	17.104.346	14.987.904	17.621.951	14.373.109
Dívida Líquida <sup>(2)</sup>	13.419.343	11.989.152	10.794.415	6.586.656
Alavancagem Líquida <sup>(3)</sup>	3,21x	3,14x	2,80x	2,90x
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido <sup>(4)</sup>	5,36x	4,75x	3,90x	2,01x

(1) EBITDA (LAJIDA), margem EBITDA, EBITDA LTM e margem EBITDA LTM

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil elaborada de acordo com a Resolução da CVM Nº 156/2022. Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

A “Margem EBITDA” consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

(2) Dívida bruta e dívida líquida

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, e (iv) arrendamentos mercantis, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) debêntures, e (iv) arrendamentos mercantil a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias

(3) Alavancagem líquida

A “Alavancagem Líquida” é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

## 2.5 Medições não contábeis

### (4) Dívida líquida/Patrimônio líquido

A "Dívida Líquida/Patrimônio Líquido" é um indicador não contábil que procura medir a estrutura de capital da Companhia, em determinado período. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo Patrimônio Líquido em determinado período.

Os valores mencionados de Dívida Líquida/Patrimônio Líquido não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

### (b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, da Dívida Líquida, da Alavancagem Líquida e Dívida Líquida/Patrimônio Líquido com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

#### Reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustada

(R\$ milhares, exceto percentuais)	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do período	91.096	(650.851)	556.405	819.439
(-) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(38.363)	185.958	(159.003)	(362.331)
() Resultado Financeiro	(1.109.482)	(2.098.376)	(1.701.334)	(484.966)
(-) Depreciação e Amortização	(969.863)	(2.237.679)	(1.135.211)	(416.251)
<b>EBITDA</b>	<b>2.208.804</b>	<b>3.499.246</b>	<b>3.551.953</b>	<b>2.082.987</b>
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	6.457.249	10.342.015	9.300.119	5.332.623
EBITDA	2.208.804	3.499.246	3.551.958	2.082.987
<b>Margem EBITDA</b>	<b>34,21%</b>	<b>33,84%</b>	<b>38,19%</b>	<b>39,06%</b>

#### Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

(R\$ milhares, exceto percentuais)	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
(+) Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	771.895	431.962	425.795	250.031
(+) Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	7.033.059	4.565.716	6.263.270	7.717.093
(+) Debêntures - Curto Prazo	339.809	642.130	1.460.404	367.288
(+) Debêntures - Longo Prazo	9.232.583	9.115.871	9.081.321	5.978.107
(+) Arrendamento Mercantil - Curto Prazo	52.432	51.732	19.636	37.731
(+) Arrendamento Mercantil - Longo Prazo	-	-	-	7.390
(+) Risco Sacado - Curto Prazo	24.946	62.293	41.601	-
(+) Instrumentos financeiros derivativos	(108.278)	215.700	329.924	15.649
(-) Instrumentos financeiros de hedge NE 4.3 (9)	(242.100)	(97.500)	-	-
<b>Dívida Bruta</b>	<b>17.104.346</b>	<b>14.987.904</b>	<b>17.621.951</b>	<b>14.373.109</b>
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(674.841)	(133.394)	(551.765)	(146.030)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(3.010.162)	(2.865.358)	(6.275.771)	(7.640.423)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>13.419.343</b>	<b>11.989.152</b>	<b>10.794.415</b>	<b>6.586.656</b>

2.5 Medições não contábeis

Reconciliação da Alavancagem Líquida

(R\$ milhares, exceto percentuais)	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Dívida Líquida	13.419.343	11.989.152	10.794.415	6.586.656
EBITDA (últimos doze meses)	4.183.300	3.819.600	3.835.339	2.307.000
Alavancagem Líquida	3,21	3,19	2,80	2,90

Reconciliação da Dívida Líquida/Patrimônio Líquido

(R\$ milhares, exceto percentuais)	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Dívida Líquida	13.419.343	11.989.152	10.794.415	6.586.656
Patrimônio Líquido	2.503.186	2.522.137	2.768.684	3.284.472
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido(4)	5,36	4,75	3,90	2,01

(c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta da sua compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e suas respectivas margens, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, ou como indicador de liquidez da Companhia.

A Companhia ressalta que o EBITDA e suas respectivas margens, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento e estrutura de capital (Dívida Bruta, Dívida Líquida, Alavancagem Líquida de Dívida Líquida/Patrimônio Líquido) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros, representado em grande parte por dívidas junto ao mercado de capitais.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.



## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6 – Eventos subsequentes às DFs

Ocorreram os seguintes eventos após 30 de junho de 2024, data base das últimas informações financeiras da Companhia:

#### **Emissão de debêntures (Movida Participações)**

Em 31 de julho de 2024 o Conselho de Administração da Movida Participações aprovou a 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor total de R\$340.000. As debêntures terão prazo de vencimento de 4 anos e remuneração de CDI + 2,30%. Os recursos obtidos pela Companhia com a emissão serão integralmente destinados para o resgate antecipado da 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) Séries da 5ª (quinta) emissão de Notas Promissórias Comerciais da Movida Participações S.A., o que deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis da primeira data de integralização, sendo o valor residual utilizado para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com o alongamento no perfil de dívida da Companhia (inclusive, por meio de liquidação de dívidas em geral).

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 – Destinação de resultados

	2023	2022	2021
<b>a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:</p> <p>(a) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;</p> <p>(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas;</p> <p>(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar;</p> <p>(e) uma parcela poderá ser retida (i) com base em orçamento de capital e (ii) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos; e</p> <p>(f) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.</p>		
<b>a.i) Valores de retenção de lucros</b>	R\$ 102,5 milhões referentes à Reserva legal e R\$ 780,6 milhões referentes à reserva de investimentos (art. 31, §2º, (f) do Estatuto Social da Companhia)	R\$ 102,5 milhões referentes à Reserva legal e R\$ 780,6 milhões referentes à reserva de investimentos (art. 31, §2º, (f) do Estatuto Social da Companhia)	R\$ 74,7 milhões referentes à Reserva legal e R\$ 729,9 milhões referentes à reserva de investimentos (art. 31, §2º, (f) do Estatuto Social da Companhia)
<b>a.ii) Percentuais em relação aos lucros/prejuízos totais declarados</b>	0% (reserva legal) e 0% (retenção de lucros – orçamento de capital)	5% (reserva legal) e 78,47% (retenção de lucros – orçamento de capital)	5% (reserva legal) e 48,05% (retenção de lucros – orçamento de capital)
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios</b>	<p>Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</p>		

## 2.7 Destinação de resultados

<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada nos primeiros 4 meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.
<b>d. Eventuais restrições de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Determinadas dívidas, descritas no item 2.1"f", deste Formulário de Referência possuem com relação ao pagamento de dividendos acima de 25% do lucro líquido ajustado, caso a Companhia e a Movida Locação de Veículos S.A. estejam em mora com relação às obrigações previstas em cada um dos contratos. Ademais, o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
<b>e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação, e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	A Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há contratos de carteiras de recebíveis não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamento**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 – Planos de negócios

#### (a) Investimentos

Ao longo do período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia investiu R\$4.905,2 milhões de adições em imobilizado, sendo (i) R\$1.131,4 milhões para expansão dos negócios em frota; e (ii) R\$ 3.773,8 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Ao longo do exercício social de 2023, a Companhia investiu R\$9.084,3 milhões em 2023 de adições em imobilizado, sendo (i) R\$2.737,9 milhões para expansão dos negócios, sendo R\$2.717,9 milhões em frota e R\$20,0 milhões em novos pontos; e (ii) R\$6.346,4 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Ao longo do exercício social de 2022, a Companhia investiu R\$9.515,1 milhões em 2022 de adições em imobilizado, sendo (i) R\$3.941,9 milhões para expansão dos negócios, sendo R\$3.879,4 milhões em frota e R\$62,5 milhões em novos pontos; e (ii) R\$5.560,9 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Ao longo do exercício social de 2021, a Companhia investiu R\$7.354,8 milhões em 2021 de adições em imobilizado, sendo (i) R\$3.504,6 milhões para expansão dos negócios, sendo R\$3.486,5 milhões em frota e R\$18,2 milhões em novos pontos; e (ii) R\$3.850,1 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

#### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 30 de junho de 2024, a frota total da Companhia era de 246.364 veículos, sendo destes 108.716 em RAC e 137.648 em GTF, representando uma adição líquida de 2.433 veículos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024. Além disso, a companhia contava com 258 pontos de atendimento em RAC e 89 em Seminovos.

Em 31 de dezembro de 2023 a frota total da Companhia era de 243.931 veículos, sendo destes 113.150 em RAC e 130.781 em GTF, representando uma adição líquida de 19.947 veículos ao longo do ano de 2023. Além disso, a companhia contava com 253 pontos de atendimento em RAC e 88 em Seminovos.

Em 31 de dezembro de 2022 a frota total da Companhia era de 223.984 veículos, sendo destes 111.632 em RAC e 112.352 em GTF, representando uma adição líquida de 37.010 veículos ao longo do ano de 2022. Além disso, a companhia contava com 241 pontos de atendimento em RAC e 89 em Seminovos.

Em 21 de Setembro de 2022, a Movida Finance, adquiriu a totalidade da Drive on Holidays - uma das principais locadoras de veículos leves de Portugal por € 66 milhões de Enterprise Value, o que, considerando a curto pode € 11 milhões em agosto de 2022, resultou em um Equity Value de € 55 milhões ("Preço"). O valor foi pago da seguinte forma: (i) € 52,5 milhões pagos nesta data aos vendedores; e (ii) € 2,5 milhões retidos para eventuais indenizações. Todos os ativos da empresa compuseram a Transação, inclusive a sua frota (avaliada em, aproximadamente, € 60 milhões) e 2 imóveis operacionais (avaliados em € 3,5 milhões). A adquirida, com sede em Lisboa, atua há 11 anos possui 4 lojas nas adjacências dos principais aeroportos de Portugal. Conta com uma frota de 3,3 mil veículos, com idade média de 1,6 ano e cerca de 130 colaboradores no quadro de funcionários.

Em 31 de dezembro de 2021 a frota total da Companhia era de 186.974 veículos, sendo destes 90.671 em RAC e 96.303 em GTF, representando uma adição líquida de 68.511 veículos ao longo do ano de 2021. Além disso, a companhia contava com 207 pontos de atendimento em RAC e 78 em Seminovos.

Em 15 de dezembro de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda ("Contrato") visando à aquisição da Marbor Frotas Corporativas Ltda ("Marbor") pela Movida ("Transação"). A ocorrência com 1,8 mil veículos atrelados a contratos de locação, os quais possuíam uma idade média de aproximadamente 1,4 ano, distribuídos entre mais de 100 clientes corporativos com contratos com prazo médio de 2,7 anos. Além da Marbor, durante o ano de 2021, a Companhia incorporou a CS Frotas, que contava com frota mais de 25 mil veículos leves.

Em 17 de janeiro de 2021, a Companhia anunciou a aquisição da VOX Frotas Locadora S.A., o contrato prevê a aquisição de 100% das ações de emissão da VOX pelo valor contábil de sua frota verificado na data de fechamento, acrescido de um prêmio de 12,5%. O preço será pago em dinheiro, sendo 50% à vista e 50% no 1º aniversário da transação.

## 2.10 Planos de negócios

### (c) Novos produtos e serviços

#### RAC

Durante o exercício social de 2022, a Movida lançou a SAT com o objetivo de primarizar o rastreamento de veículos e assistência 24h, gerando receita através da venda e elevação do nível de serviço prestado aos clientes.

Em 2021, a companhia foi pioneira na no setor de pagamentos via PIX. Ainda neste ano, as lojas de RAC da Movida passaram a fazer a abertura e fechamentos dos contratos via tablete, iniciativa pioneira no setor, trazendo agilidade no atendimento e menor utilização de papel impresso.

### (d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

#### Compromisso

Nossos negócios são pautados pelas melhores práticas ASG de maneira transversal. Além de contarmos com área específica para temas ASG, possuímos um Comitê de Sustentabilidade, que orienta a definição das prioridades na gestão ambiental, social e de governança. Adicionalmente, a condução de todos os temas relacionados a mudanças climáticas está a cargo da Diretoria Financeira. Nosso crescimento, de porte e lucratividade, sempre foi acompanhado de ações que visam o equilíbrio entre a agenda comercial e o impacto socioambiental. Isso por entendermos que nosso papel deve ir além de reduzir ou neutralizar danos ambientais decorrentes de nossas atividades. Desejamos impactar positivamente o entorno, a promoção da mobilidade inclusiva e a equidade social.

#### Estratégia Climática

O enfrentamento das mudanças climáticas é prioridade na estratégia de negócios da Movida, em linha com a estrutura do TCFD e as diretrizes da Política de Mudanças Climáticas, que fornece os diretrizes para o monitoramento do volume de emissões e gerenciamento de riscos e oportunidades climáticos. Para isso, a Companhia possui uma robusta estratégia climática, que prevê ações claras de mitigação das emissões e geração de impactos positivos por meio da oferta de produtos e serviços mais sustentáveis, ancorada nas três frentes de atuação:

- **Ações focadas na redução de emissões de Gases do Efeito Estufa:**

1. Programa de incentivo ao uso prioritário do etanol brasileiro;
2. Aquisição de energia renovável; e
3. Investimento em mobilidade sustentável e tecnologias de baixa emissão.

- **Ações para compensar as emissões que não puderam ser evitadas nos processos operacionais:**

1. Projetos de sequestro de carbono, com as mudas plantadas pelo programa Carbon Free.

- **Ações para alinhar nossas atividades aos compromissos assumidos:**

1. Mapeamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas; e
2. Plano de continuidade dos negócios.

Em linha com a jornada de descarbonização, a Movida prioriza o uso do etanol brasileiro como combustível da frota interna e no uso pelos clientes, por ser uma solução mais sustentável do ponto de vista ambiental e econômico em comparação a gasolina. O etanol coloca o Brasil em uma situação de competitividade ambiental para a transição energética no País, além de favorecer o desenvolvimento local e de toda a cadeia de valor – do plantio e da produção até a distribuição do biocombustível.

Estamos comprometidos em estudar continuamente esta e novas tecnologias para oferecer sempre o que há de melhor para os nossos clientes e para o meio ambiente.

## 2.10 Planos de negócios

Complementarmente ao uso do etanol, a Movida tem implementado ações significativas para reduzir as emissões de GEE, com medidas concretas, registrando queda nas categorias de combustão estacionária, resíduos, viagens a negócios e transporte dos carros no trajeto do ponto de atendimento ao clientes, ou seja, além de contribuir para a redução da pegada de carbono das operações, aprimora a eficiência operacional.

A estratégia tem ainda como base o Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa, realizado pela Movida, anualmente, desde 2019, calculado em fatores do Programa Brasileiro GHG Protocol e constantemente aprimorado. Em 2023, o aperfeiçoamento se deu a partir da implantação de plataforma para gestão dos dados de emissões, o que traz mais acuracidade, rastreabilidade e transparência na gestão. Além disso, a Movida se comprometeu a reduzir as emissões de GEE com metas aprovadas pelo SBTi nos três escopos – referentes a emissões diretas da operação (Escopo 1) e do uso de energia elétrica (Escopo 2) – em 47,7% até 2030, ante 2019. Já no Escopo 3, sobre ativos vendidos e arrendados, a Companhia estipulou redução de 48,8% por passageiro-quilômetro na mesma base de comparação.

Abaixo outros destaques em ESG no exercício de 2023:

- Metas climáticas aprovadas pela Science Based Targets (SBTi).
- Recertificação pelo Sistema B, sendo a primeira empresa do setor a obter a certificação.
- Participação na COP28, com reconhecimento, pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), da estratégia climática como case de sucesso no setor de transporte.
- Conquista do Prêmio ESG da Agência de Fomento Empresarial (AGFE), na categoria Ambiental, em reconhecimento ao Programa Carbon Free.
- Conquista do Selo Prata do Ecovadis, colocando a Companhia entre as 25% mais bem avaliadas mundialmente.
- Elevação, pelo CDP, de nota para A- no Climate Change, colocando a Companhia entre as 12% mais bem avaliadas mundialmente (média do setor é C).
- Alcance do objetivo de monitorar a gestão de resíduos em 100% dos pontos de atendimento por meio da plataforma digital para gestão de resíduos.
- Realização do 1º censo de inclusão produtiva e diversidade em parceria com a SIMPAR, conduzido por consultoria externa.
- Contratação, como jovens aprendizes, de 35 dos 100 formandos, em 2022, no projeto Você quer? Você Pode!
- Ampliamos a participação de mulheres em nosso quadro e em posições de liderança - 40% dos postos liderados por mulheres
- 12 programas de formação e desenvolvimento, incluindo trilha de diversidade, com +57 mil horas de treinamento no total.

Abaixo os destaques em governança:

- Eleição, pelo Conselho de Administração, do novo CEO e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli.
- Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos a ser publicada em 2024.
- Reestruturação da Matriz de Classificação de Acidentes.
- Criação de Política de Engajamento de Partes Interessadas.
- Manutenção, pelo quarto ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.



## 2.10 Planos de negócios

### Durante o exercício social de 2021:

Em 2021 iniciamos o processo de mapeamento de utilização de etanol pelos nossos clientes, onde constatamos que cerca de 43% da quilometragem total rodada por nossos clientes em RAC ano longo do ano foram com a utilização de etanol.

### Durante o exercício social de 2022:

Em 2022 permanecemos no ISE-B3, carteira que reúne empresas alinhadas aos índices ESG. Nosso ambiente corporativo é composto de uma série de outros compromissos e iniciativas que baseiam e fornecem recursos para o aprimoramento da gestão e governança de acordo com os mais elevados padrões brasileiros e no contexto internacional.

Em parceria com o Instituto Julio Simões (IJS), lançamos em 2022 um projeto que transforma nosso negócio de locação em instrumento de impacto direto na redução de desigualdades sociais. A iniciativa consiste no aluguel por valores especiais ou a doação de carros e utilitários para projetos de organizações do terceiro setor em comunidades com alta vulnerabilidade socioambiental. São ações temporárias ou pontuais que, nas primeiras experiências, já demonstraram fazer grande diferença na vida de milhares de pessoas.

A seleção dos projetos de terceiros é feita com base em uma série de critérios que envolvem, principalmente, o grau de urgência, a relevância e o alcance da ação para a comunidade e o seu impacto de longo prazo, se houver. Paralelamente, realizamos uma análise de conformidade da instituição postulante.

Em 2022, integramos ainda o projeto "Você Quer? Você Pode!", formação gratuita oferecida em parceria com o Instituto SER+ a jovens em situação de vulnerabilidade. O curso conduzido por nós no âmbito do projeto formou 75 pessoas, com capacitação socioemocional e desenvolvimento de habilidades e competências para ampliar as condições de acesso ao mercado de trabalho.

### Durante o exercício social de 2023:

Por isso, a Movida busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas.

A Movida também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua subsidiária Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Conforme mencionado na nota explicativa 16, essa meta está comprometida às emissões dos Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da Movida no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR.

A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da Movida, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores:

- Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes;
- Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores;
- Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota;

## 2.10 Planos de negócios

- Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2.

A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional**

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

#### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos alinhada com aquela de sua controladora SIMPAR S.A. e tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia. A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamentos de riscos que foi aprovada e foi ratificada pelo seu Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2024. O referido documento está disponível no website de Relações com Investidores, da Companhia (<https://ri.simpar.com.br/> e).

A Política tem por objetivo identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades.

#### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos. Além disso, descreve as etapas deste processo de gestão para: (i) identificação dos eventos de risco, (ii) instrumentos utilizados para o gerenciamento dos riscos, (iii) estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos e (iv) as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste processo, estabelecendo limites para estas responsabilidades conforme os níveis de risco identificados.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência e busca prevenir, mitigar e tratar os riscos que possam impactar as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 8 (oito) principais grupos:

- **Riscos estratégicos:** são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. Entre os riscos estratégicos, incluem-se a incapacidade de captar recursos financeiros suficientes para custear a totalidade dos investimentos previstos e para financiar sua estratégia de expansão.
- **Riscos operacionais:** São aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, ou ainda relacionados a situações de força maior, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas de suporte. Entre os riscos operacionais, incluem-se impactos relevantes de incidentes de segurança cibernética, falhas nos sistemas, falta de informatização nos processos e decisões desfavoráveis em processos judiciais e/ou administrativos.
- **Riscos de mercado:** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, inflação, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Companhia define regras próprias para essa modalidade de risco na Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado.
- **Riscos de liquidez:** são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Riscos de crédito:** são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria (aplicação financeira, empréstimo, gestão da dívida, cobrança e recuperação).
- **Riscos de imagem:** são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais e demais partes interessadas ("terceiros"), em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia, com consequentes perdas financeiras relevantes.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Riscos de conformidade (*compliance*):** decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, principalmente, mas não se limitando à Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção e respectivo regulamento - Decreto nº 11.129/22 e a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado. Entre os riscos de conformidade, inclui-se a possibilidade das controladas da Companhia não conseguirem obter ou renovar suas licenças e alvarás para as respectivas operações.
- **Risco Socioambiental:** riscos relacionados aos problemas e processos sociais e ambientais relevantes; potenciais danos gerados ao meio ambiente, às relações sociais e às comunidades relacionadas com as atividades econômicas das empresas controladas pela Companhia.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte:

#### I. Identificação dos riscos

Definir o conjunto de eventos, externos e/ou internos, que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado inclusive face às alterações dos objetivos e consequentes riscos da Companhia. A abordagem de identificação de riscos utilizada pela Companhia é o *Self Assessment* e mapeamento de processos, partindo de entrevistas com os gerentes e diretores de cada linha de negócio da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos do negócio e, consequentemente, da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados sua natureza e origem, como seguem: (i) riscos estratégicos; (ii) riscos operacionais; (iii) riscos de mercado; (iv) risco de liquidez; (v) riscos de crédito; (vi) riscos de imagem; (vii) riscos de conformidade (*compliance*) e (viii) riscos socioambientais.

#### II. Avaliação e Análise dos Riscos

Estas etapas consistem na avaliação da percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência de determinado evento os gestores e diretores de todas as linhas de negócios classificando-os por meio de fatores qualitativos, sendo:

Impacto	Descrição
Alto	Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Médio	Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Baixo	Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.

Probabilidade	Descrição
Alto	É quase certo que o risco irá acontecer
Médio	É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra
Baixo	Chance baixa que o risco ocorra

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade *versus* impacto de sua ocorrência é representado pela matriz de riscos (Matriz 3x3), aprovada pelo Comitê de Auditoria, que permite o cálculo do risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

R= PXI		Probabilidade		
		Baixo	Médio	Alto
Impacto	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, referida avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos inerentes da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização da tratativa destes por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos e estratégias da Companhia.

### III. Tratamento dos riscos

O tratamento dos riscos envolve a classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de Controles Internos nas áreas selecionadas.

Após a avaliação e cálculo do risco inerente, o tratamento envolve a seleção de uma ou mais opções: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.

As seguintes iniciativas também são tratadas nesta etapa:

- Implementação de controles e/ou processo para acompanhamento;
- Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis; e
- Submissão ao fórum específico (Comitê de Auditoria) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.

### IV. Monitoramento dos riscos:

O monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está submetida ocorre por meio das seguintes iniciativas:

- Análise de indicadores que demonstram a probabilidade, impacto, risco residual e inerente obtidos através da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
- Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, utilizando de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – *American Institute Of CPAs* – Instituto Americano de Contadores.

Ademais, a aceitação de riscos residuais deve ser avaliada pelo Comitê de Auditoria e validada pelo Conselho de Administração, em linha com o nível de apetite ao risco da Companhia. Atendido esse fluxo e aceito o risco, deverá ser formalizada a referida aceitação.

### V. Informação e Comunicação

Essa etapa consiste na comunicação clara e objetiva dos resultados de todas as etapas de gerenciamento de riscos a todas as partes interessadas, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação estabelecidos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para tais responsabilidades. Nesse sentido, o processo de gestão de riscos da Companhia está estruturado conforme organograma e descrições abaixo:

A Companhia mantém uma **Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade**, responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e teste da eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigá-los. São suas principais atribuições:

- (i) monitorar as não conformidades com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (ii) atualizar as diretrizes do Código de Conduta sempre que necessário e disseminá-las entre funcionários;
- (iii) atualizar as diretrizes do Código de Conduta de Terceiros sempre que necessário e disseminá-las;
- (iv) Informar ao Comitê de Ética e Conformidade: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia e status das investigações de acordo com a matriz aprovada pelo Comitê de Auditoria; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; d) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) informações sobre doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação;
- (v) Avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia que tratem sobre (i) desvios de conduta, (ii) descumprimento do Código de Conduta, das Políticas Anticorrupção ou dos demais procedimentos da Companhia; (iii) situações de conflito de interesses;
- (vi) reportar o status dos planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;
- (vii) apoiar os administradores na definição dos planos de ações necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos
- (viii) apoiar o departamento jurídico na avaliação das cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia;
- (ix) avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.

A **Diretoria** é responsável por:

- (i) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal (quando instalado), das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções;
- (ii) garantir que todos os seus liderados estejam em dia com os treinamentos obrigatórios.

A **Administração**, composta por membros que tenham função de gestão, incluindo, mas não se limitando aos Diretores, estatutários ou não, Gerentes Gerais, Gerentes, Coordenadores, é responsável por atuar diretamente no gerenciamento de riscos, privilegiando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento. Assim, cabe à Administração:

- (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- (ii) auxiliar a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- (iii) desenvolver e executar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas dentro do prazo adequado para cada apontamento formalizado pela função de Controles Internos, Riscos e Conformidade;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iv) justificar a impossibilidade de atendimento de um plano de ação e/ou atraso no atendimento de um;
- (v) justificar eventual assunção de risco para validação pela estrutura de governança;
- (vi) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade ao Comitê de Auditoria, sempre que solicitado;
- (vii) prestar as necessárias atualizações sobre os riscos da sua atividade à função de Controles Internos, Riscos e Conformidade.

O **Comitê de Auditoria** da Companhia estatutário tem como competência:

- (i) Opinar sobre a contratação, avaliação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) Avaliar e opinar sobre o relatório de controles internos emitidos pelos auditores independentes e propor recomendações à administração e Conselho de Administração;
- (iv) Acompanhar as atividades da função de Controles, Internos Riscos e Conformidade da Companhia, podendo receber ou solicitar reportes da Diretoria de Controles, Internos Riscos e Conformidade sobre a execução e cumprimento do Programa de Conformidade da Companhia. Assessorar o Conselho na avaliação, sobre a efetividade das atividades e propor recomendações, sempre que necessário, quanto a atividades, estrutura, qualificação e orçamento para apreciação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- (v) Assessorar o Conselho de Administração no gerenciamento de riscos e monitorar as exposições de risco, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- (vi) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Conduta, os demais normativos do Programa de Conformidade da Companhia;
- (vii) Receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, incluindo potenciais violações à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida, bem como recomendar e verificar a aplicação de medidas disciplinares pelas áreas responsáveis, ou, no caso de denúncias contra diretores da Companhia, pelo Conselho de Administração;
- (viii) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado exclusivamente ao Conselho de Administração, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- (ix) Acompanhar e avaliar se as transações com partes relacionadas estão sendo realizadas dentro de condições de mercado, nos termos da política de transações com partes relacionadas vigente da Companhia. Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia;
- (x) Avaliar anualmente a estrutura e orçamento da área de Auditoria Interna, a fim de que sejam suficientes ao desempenho das suas funções;
- (xi) Reportar o resultado das atividades da área de Auditoria Interna ao Conselho de Administração.



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A **Auditoria Interna** da Companhia é terceirizada e possui estrutura e orçamentos considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada por pelo Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna é responsável por:

- (i) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
- (ii) fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas;
- (iii) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos da Companhia ao Comitê de Auditoria;
- (iv) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia.

A Auditoria Interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.

Alternativamente à constituição de área própria de Auditoria Interna, a Companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM para executar essa função.

O **Conselho de Administração** é o órgão central do sistema de governança da Companhia, sendo responsável pela sua perenidade e a criação de valor ao longo prazo. Portanto, cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*). Caberá, ainda, ao Conselho de Administração:

- (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;
- (ii) validar o nível de apetite a riscos da Companhia aprovado pela Administração;
- (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo;
- (iv) aprovar a presente política e futuras revisões;
- (v) aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna.

O **Comitê de Ética e Conformidade** é um órgão não-estatutário, de caráter permanente, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Compete ao Comitê de Ética e Conformidade:

- (i) No cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia;
- (ii) Na recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- (iii) Na avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 11.129/22 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- (iv) Na validação de sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- (v) Na validação pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- (vi) Na avaliação dos casos relevantes que envolverem ações e omissões dos colaboradores da Companhia e de terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia,

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(vii) No acompanhamento dos indicadores relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir melhorias e ajustes para os resultados identificados.

### **(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, a Diretoria avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A área de Auditoria Interna também é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, suas atribuições, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, são: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Por fim, a área de auditoria interna terá seu orçamento avaliado e aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício social corrente.

O Comitê de Auditoria tem competência para tratar dos assuntos de responsabilidade da Auditoria Interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Sua criação e atribuições foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão durante o exercício social corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas e manter seu negócio sustentável.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 – Descrição dos controles internos

#### **(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia o que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta das áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras;
- Validação dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos;
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia;
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios; e
- Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

#### **(b) As estruturas organizacionais envolvidas**

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras, além das descritas no item 5.1.(b), são: a Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos. Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade por meio de reuniões periódicas para apresentação e reporte dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

A estrutura de controles internos, riscos e conformidade da Companhia pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

**(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade identifica os riscos e controles, conforme disposto no item 5.1.(b) acima. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, que apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Ademais, como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executado pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, bem como os respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

**(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, os auditores externos não identificaram deficiências significativas.

**(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Durante este trabalho, os auditores independentes não identificaram deficiências significativas.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3 – Programa de integridade

**(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia adota o Programa de Conformidade alinhado com aquele de sua controladora SIMPAR S.A. tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência dentro do Grupo Simpar.

De modo a orientar a interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU, também considerando as disposições previstas em outras legislações aplicáveis aos negócios da Companhia, como por exemplo: (i) Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); (ii) Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência); (iii) Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal); (iv) Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); (v) Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações); e (vi) Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, o Programa de Conformidade do Grupo Simpar tem como normativos internos principais as seguintes políticas, todas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas (doravante denominadas “Políticas Anticorrupção”): Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

Todos os referidos documentos foram revisados em 2023 e aprovados pelos órgãos de governança: Comitê de Ética e Conformidade e Conselho de Administração, podendo ser consultados no site <https://www.movida.com.br/conformidade>.

**(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da Simpar e suas controladas, que inclui a Companhia:

- Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião de seu Conselho de Administração, realizada em 06 de fevereiro de 2024, (“Código de Conduta”) é aplicável a todos os seus conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho; (iii) condutas esperadas do colaborador; (iv) combate à corrupção; (v) conflito de interesses; (vi) doações e patrocínios; (vii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (viii) relações com o ambiente externo; (ix) descumprimento e medidas disciplinares; (x) Linha Transparente e (xi) Canal de denúncia.

- Código de Conduta de Terceiros: O Código de Conduta de Terceiros impõe a esse público as regras e obrigações que deverão se comprometer na relação estabelecida com a Companhia. Trata-se do compromisso com a conformidade à legislação, com o comportamento ético, transparente e íntegro com a sustentabilidade inclusive nas relações dos terceiros com a sua cadeia de valor, para que se estejam alinhados com os objetivos e práticas da Companhia.

- Política de Doações e Patrocínios: A Companhia aplica a Política de Doações e Patrocínios da Controladora a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio da própria Companhia e/ou do Instituto Júlio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo, a observância da legislação vigente, a ausência de conflito de interesse e o atendimento das premissas estabelecidas pela Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia aplica a Política de Participação em Licitação Pública a todos os colaboradores das empresas, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas, além de estabelecer premissas para que a empresa participe de certames.
  - Política de Interação com o Poder Público: Companhia aplica a Política de Interação com o Poder Público a todos os colaboradores e terceiros que atuem em seu nome, define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados no exercício de atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo, a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.
  - Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades: Companhia aplica a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades a todos os colaboradores e terceiros, definindo as diretrizes e orientações que devem ser observadas durante o oferecimento e recebimento de brindes presentes, hospitalidades e entretenimento, com regras especiais aplicáveis a órgãos da Administração Pública.
  - Linha Transparente: Canal dedicado ao recebimento de dúvidas e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta, normas internas e as políticas da Companhia, bem como a comunicações previstas pelas Políticas Anticorrupção. Esse canal está disponível por meio do telefone 0800 726 7250 (atendimento das 8h00 às 17h48), ou pelo e-mail [conformidade@movida.com.br](mailto:conformidade@movida.com.br), por qualquer colaborador, fornecedor, prestador de serviços, terceirizados, clientes e outras partes interessadas;
  - Canal de Denúncia: atendido por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. O Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, administrados exclusivamente por empresa terceirizada. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento permite a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. É acessível ao público interno e externo.
- Após a conclusão da apuração das denúncias o fluxo prevê duas frentes de atuação e utilizando a ferramenta de GRC (*Governance, Risk and Compliance*): (i) a documentação e tratativa de planos de ação para ações preventivas e melhorias de processo e (ii) apontamentos para a célula de Controles Internos e Riscos visando enriquecer as matrizes de trabalho.
- Processo de Homologação de Terceiros: para que os objetivos do Programa de Conformidade sejam de fato atingidos, o mesmo padrão adotado pela Companhia deve ser exigido dos terceiros com os quais ela se relaciona, desta forma, a empresa aplica o processo de homologação e faz a gestão do monitoramento dos mesmos e impõe obrigações para execução do contrato firmado com a Companhia. Referido processo possui níveis de aprofundamento de avaliação que variam de acordo com o risco representado pelo terceiro.

No momento do cadastro do terceiro no sistema da Companhia, para que ele possa prestar o serviço ou fornecimento, são realizadas consultas que permitem avaliar a sua regularidade mínima, como: cadastro da situação da empresa (CNPJ); inscrição estadual/municipal; certidão de regularidade de tributos Municipais, Estaduais e Federais; certidão de regularidade com a Seguridade Social, cadastro de empresas punidas ou impedidas de contratar com a administração Pública (CEIS e CENEP), pesquisa em lista de trabalho escravo.

Ainda no momento do cadastro, o terceiro responde a um questionário que visa identificar a criticidade da sua atividade e do negócio que manterá com a Companhia. Por fim, ele é obrigado a ler e declarar ciência do Código de Conduta de Terceiros, da Companhia, também validado pelo Conselho de Administração.

A empresa identificou alguns terceiros como “de alto risco” em razão da natureza e/ou da relação de contratação, e eles são submetidos a um questionário de *due diligence*, avaliação de documentos, pesquisas (mídia e processos judiciais e administrativos) e assinatura de declaração de conformidade. A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade é

### 5.3 Programa de integridade

responsável por realizar pesquisas complementares, avaliar as respostas prestadas no questionário e emitir parecer sobre os riscos da contratação.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade monitora periodicamente o cumprimento e execução do Programa de Conformidade da Companhia realizando, entre outras atividades: (i) avaliação das doações e patrocínios a órgãos públicos e privados; (ii) avaliação de todas as cláusulas de conformidade dos contratos da Companhia; (iii) condução de processo de homologação/*due diligence*/similares que são aplicados quanto a terceiros contratados pela Companhia; (iv) promoção da transparência das informações prestadas; (v) orientações em caso de dúvidas sobre o Programa de Conformidade; (vi) emissão de pareceres sobre as algumas obrigações legais aplicáveis aos negócios da companhia; e (vii) homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e estagiários. Além disso, no momento da integração (contratação) todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre o Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção.

Todos os processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados com periodicidade não superior a 2 (dois) anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da adotados pela Companhia.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto os gestores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo-benefício de seu gerenciamento.

A Administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da Administração Pública de acordo com os negócios das empresas controladas.

Visando aprimorar seus processos, principalmente, sob a ótica da transparência e conformidade, como já esclarecido de forma detalhada nos itens anteriores, as empresas controladas que contratam com a Administração Pública, instituíram políticas, procedimentos e controles para buscar prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios e na execução de contratos administrativos de forma efetiva, bem como para garantir a regular interação com o Poder Público. As regras e controles exigidos pelas Políticas Anticorrupção, compostas inclusive, como já esclarecido, pelas Políticas de Participação em Licitação Pública e de Interação com o Poder Público, bem como os demais meios de controle (por exemplo, Sistema de Licitação, sala de Licitação, Linha Monitorada, etc) estabelecem rígidos critérios que buscam a transparência e legalidade durante as concorrências e execução dos contratos públicos.

A CS Brasil Frotas, empresa controlada pela Companhia, dispõe de um sistema eletrônico para evidenciar todo o processo de licitação pública, desde a obtenção do edital até a assinatura do contrato ou término do processo, referido sistema registra todas as etapas do processo e permite que cada uma seja consultada e eventualmente auditada. As participações ocorrem na "Sala de Licitações", que é ambiente seguro e monitorado criado exclusivamente para abrigar as fases de disputa dos processos de licitação pública destas empresas e possui acesso restrito, equipamentos dedicados, infraestrutura e regras certificadas, inclusive, linha telefônica gravada e monitorada para utilização dos funcionários do departamento de licitação para qualquer contato com órgãos da Administração Pública.

Com relação aos contratos vigentes firmados entre a pessoa jurídica e a Administração Pública, as informações são disponibilizadas em seu Portal da Transparência, que pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://transparencia.csbrasilservicos.com.br/>.

Por fim, ainda sobre a CS Frotas, importante informar que em dezembro de 2023 referida empresa foi certificada na ISSO 37001 – Certificação Antissuborno.

### 5.3 Programa de integridade

**(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, em especial, do Programa de Conformidade, são a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, a área de Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria da Companhia, cujas atribuições são previstas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, descritas no item 5.1 acima.

A independência e autonomia da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, são garantidas através do dever de reporte ao Comitê de Auditoria sobre todas as ações que envolvem o programa de conformidade e seus indicadores, bem como a gestão de riscos e de controles internos.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade, tem como missão zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio da Companhia.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e Conformidade são responsáveis por monitorar o funcionamento e a eficiência do Programa de Conformidade da Companhia e, se reportam ao Comitê de Auditoria da Companhia.

O Comitê de Ética e Conformidade, por sua vez, é órgão consultivo da Companhia, que assessora o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e o principal responsável pela manutenção do Programa de Conformidade de forma adequada à estrutura de negócios da Companhia, com base na legislação aplicável, melhores práticas de mercado e sustentabilidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração com poderes deliberativos e, com relação a temas de conformidade e integridade, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas das Empresas do grupo, assim como em todas as questões que envolverem violações aos valores éticos da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno.

**(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado**

A Companhia possui um Código de Conduta, que foi aprovado por seu Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2024 e é aplicado a todas as suas controladas e coligadas.

O Código de Conduta se aplica a todas as empresas por ela controladas, às suas coligadas e consorciadas da Companhia, no âmbito de seus respectivos contratos, e a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia (em conjunto, "Colaboradores").

Os Colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual.

Adicionalmente, a cada ano os principais executivos da Companhia se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação de questões relacionadas ao Programa de Conformidade.

Conforme disposto no próprio Código de Conduta, o descumprimento de quaisquer das suas diretrizes ou das demais normas internas adotadas pela Companhia poderão ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes:

(i) advertência, oral ou por escrito;

(ii) suspensão; ou



### 5.3 Programa de integridade

(iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa.

No caso de comprovação de descumprimento das normas do Programa de Conformidade por terceiros a Companhia poderá resilir a relação comercial, aplicar as sanções contratuais, solicitar a substituição de mão de obra interna, buscar ressarcimentos e indenizações, tudo nos termos do previsto no contrato firmado entre as partes e a legislação aplicável.

**(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui Canal de Denúncia conforme descrito abaixo.

**(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia foi criado em 2010, e em novembro de 2016 foi terceirizado para atendimento por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada.

O anonimato é garantido, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento permite a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia.

**(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está disponível para todos os Colaboradores, bem como para terceiros, prestadores de serviços e clientes que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que viole a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Companhia, ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus Colaboradores, acionistas e demais interessados.

**(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncia da Companhia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais o denunciante poderá optar pela forma anônima.

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante. Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, a Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou não conforme com as instruções estabelecidas no Código de Conduta e qualquer conduta dessa natureza ensejaria a aplicação de medidas disciplinares.

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificados, como ação preventiva e melhorias nos controles internos. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação.

**(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, que é responsável por avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias.

### 5.3 Programa de integridade

Cumpra ressaltar que conforme matriz aprovada pelo Conselho de Administração, denúncias contra diretores estatutários, membros do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, são destinadas a pessoas diferentes do fluxo padrão, a depender do denunciado, de forma a garantir a ausência de conflito de interesse.

**(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de *due diligence* de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

**(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.3.

## 5.4 Alterações significativas

### 5.4 – Alterações significativas

Não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos em relação ao último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.